

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CONTABILIDADE NO CONTEXTO INTERNACIONAL - FASB

MARCO LUIS MOTA FURTADO

Fortaleza, Julho de 1999

CONTABILIDADE NO CONTEXTO INTERNACIONAL - FASB

MARCO LUIS MOTA FURTADO

Orientador: Osório Cavalcante Araújo

Monografia apresentada à
Faculdade de Economia,
Administração, Atuária,
Contabilidade e Secretariado, para
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Fortaleza - CE
1999

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

<hr/> Marco Luis Mota Furtado	Média <hr/>
<hr/> Prof Osório Cavalcante Araújo Professor Orientador	Nota <hr/>
<hr/> Prof. Pedro Paulo Monteiro Vieira Membro da Banca Examinadora	Nota <hr/>
<hr/> Profa. Celia Maria Braga Carneiro Membro da Banca Examinadora	Nota <hr/>

SUMÁRIO

1 -	INTRODUÇÃO	7
2 -	CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE CAPITAIS ABERTO	8
2.1 -	VANTAGENS DO MERCADO DE CAPITAIS ABERTO	8
2.2 -	DESVANTAGENS DO MERCADO DE CAPITAIS ABERTO	9
3 -	CARACTERÍSTICAS DA CONTABILIDADE INTERNACIONAL	11
3.1 -	ÓRGÃOS REGULAMENTADORES DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS	11
3.1.1 -	AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS (INSTITUTO DE CONTAORES PÚBLICOS CERTIFICADOS)	11
3.1.2 -	APB – ACCOUNTING PRINCIPLES BOARD (JUNTA DE PRINCÍPIOS CONTÁBEIS)	11
3.1.3 -	FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (JUNTA DE NORMAS DE CONTABILIDADE FINANCEIRA)	12
3.1.4 -	SEC – SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO)	12
3.2 -	PRINCÍPIOS CONTÁBEIS AMERICANOS	13
3.3 -	PRINCIPAIS DEFERENÇAS ENTRE OS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS BRASILEIROS E OS USGAAP’S (PRINCÍPIOS AMERICANOS)	19
3.3.1 -	ENCARGOS FINANCEIROS SOBRE FINANCIAMENTO DE ATIVO IMOBILIZADO	20
3.3.2 -	ARRENDAMENTO MERCANTIL (<i>LEASING</i>)	20

3.3.3 - DEPRECIAÇÃO	21
3.3.4 - DESPESAS INCERTAS, TAIS COMO CONTINGÊNCIAS FISCAIS, GARANTIAS E OUTRAS.	21
3.3.5 - DESPESAS LIMITADAS FISCALMENTE, TAIS COMO DEVEDORES DUVIDOSOS	22
3.3.6 - AVALIAÇÃO DE ESTOQUES	22
3.3.7 - AJUSTE A VALOR PRESENTE DE DIREITOS OU OBRIGAÇÕES MONETÁRIOS PREFIXADOS	23
3.3.8 - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS PERMANENTES	23
3.3.9 - REVERSÃO DE REAVLIAÇÃO DO IMOBILIZADO	24
3.3.10 - DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS	25
3.3.11 - PROVISIONAMENTO DE DIVIDENDOS	25
3.3.12 - LUCRO LÍQUIDO OU PREJUÍZO POR AÇÃO	26
3.3.13 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	26
3.3.14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS (DERIVATIVOS)	27
3.4 - EXEMPLO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO BRASIL E NOS EUA	28
4 - CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	30
4.1 - DISTINÇÃO ENTRE “CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS” E “CONTABILIDADE EM MOEDA ESTRANGEIRA”	30
4.2 - TAXAS DE CONVERSÃO	31
4.3 - MÉTODOS DE CONVERSÃO	32
4.3.1 - CÂMBIO FECHAMENTO	32
4.3.2 - MONETÁRIO E NÃO MONETÁRIO	33
4.3.3 - TEMPORAL	35

4.4 -	METODOLOGIA DE CONVERSÃO	38
4.5 -	GANHOS E PERDAS DE CONVERSÃO	39
4.6 -	ADMINISTRAÇÃO DOS GANHOS E PERDAS NA CONVERSÃO	40
5 -	CONSOLIDAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS AMERICANOS	42
5.1 -	OBJETIVOS DA CONSOLIDAÇÃO	42
5.2 -	ABRANGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	43
5.3 -	PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	43
6 -	EVIDENCIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49
7 -	CONCLUSÃO	51
8 -	BIBLIOGRAFIA	52

RESUMO

Diante do processo de globalização da economia, é de grande interesse das empresas nacionais captar recursos de outros países (através da venda de títulos e valores mobiliários) ou mesmo vender parte de suas ações, visando investimentos futuros com boas perspectivas de retorno. Esta tendência se explica devido ao alto custo do dinheiro no nosso país e a modernização dos mercados financeiros internacionais.

Dentro desta ótica as demonstrações contábeis devem estar publicadas de acordo com os USGAAP (*United States Generally Accepted Accounting Principles*, ou os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos).

Diante da realidade supramencionada, damos um enfoque sobre as características da contabilidade internacional, ressaltando os critérios contábeis adotados nos Estados Unidos (Princípios Contábeis adotados), bem como os critérios de conversão de demonstrações contábeis brasileiras de acordo com as normas americanas.

Exemplificamos os procedimentos contábeis adotados nos Estados Unidos através de comparações das demonstrações contábeis deste país com as demonstrações.

Concluimos que, apesar das poucas diferenças entre os procedimentos adotados entre estes países, é essencial que se saiba os efeitos oriundos das conversões das demonstrações contábeis entres estes países.

Verificou-se que os procedimentos contábeis americanos são bastante semelhantes aos procedimentos brasileiros, salvo alguns critérios específicos. No entanto, é fundamental que saibamos todos os efeitos financeiros e patrimoniais na conversão das demonstrações contábeis para moeda americana, inclusive para avaliação e precificação de companhias nacionais para futuras fusões ou incorporações.

1 - INTRODUÇÃO

Com a globalização da economia, está cada vez mais evidente que os mercados dos vários países do mundo estão se fundindo, surgindo grandes empresas internacionais interessadas em investimentos em companhias nacionais, incentivadas também pelo grande potencial econômico do país. Nesta ótica, também é de grande interesse das empresas nacionais captar recursos de outros países (através da venda de títulos e valores mobiliários) ou mesmo vender parte de suas ações, visando investimentos futuros com boas perspectivas de retorno. Esta tendência se explica devido ao alto custo do dinheiro no nosso país e a modernização dos mercados financeiros internacionais.

Diante desta necessidade do mercado mundial é interessante que as grandes empresas nacionais entrem no mercado internacional (e vice-versa), seja no mercado de compra e venda de ações ou em negociação de títulos mobiliários.

Para que empresas nacionais entrem no mercado internacional muitos aspectos devem ser analisados e alguns requisitos são necessários para expor nosso mercado para investidores estrangeiros. Inicialmente, as companhias devem oferecer seu capital no mercado de ações exterior, para que os investidores possam ter acesso a compra e vendas destas ações. É claro que, além de toda a documentação exigida, as demonstrações contábeis devem estar publicadas de acordo com os USGAAP (*United States Generally Accepted Accounting Principles*, ou os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos).

Diante da realidade supramencionada, daremos um enfoque sobre as características da contabilidade internacional, ressaltando os critérios contábeis adotados nos Estados Unidos (Princípios Contábeis adotados), bem como os critérios de conversão de demonstrações contábeis brasileiras de acordo com as normas americanas.

2 - CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE CAPITAIS ABERTO

Antes de darmos um maior enfoque aos princípios contábeis americanos e compará-los com os princípios brasileiros, devemos focar as vantagens e desvantagens do mercado de capitais internacional, para que todas as análises quanto a viabilidade do processos de abertura de capital ao mercado internacional sejam feitas.

2.1 - VANTAGENS DO MERCADO DE CAPITAIS ABERTO:

Como já mencionamos em citações anteriores, atualmente a economia mundial está passando por um processo de globalização onde as grandes companhias estão buscando mercado em países emergentes de grande potencialidade. Diante de todo este processo, é importante que saibamos das vantagens e desvantagens do mercado mobiliário aberto, para que possamos avaliar as possibilidades de investimentos em companhias de outros países, enfocando a importância da conversão das demonstrações contábeis de acordo com os princípios contábeis americanos.

a. Recursos financeiros obtidos da venda de ações. Títulos e valores mobiliários vendidos criam fundos que aumentam o capital circulante; patrocinam pesquisas e projetos; expandem a capacidade industrial; saldaram dívidas e proporcionam a diversificações das suas atividades. Numa segunda fase, a venda de ações deve beneficiar acionistas de títulos e valores mobiliários.

b. Mediante o controle societário público de suas ações, debêntures, e outros instrumentos, a empresa transparente (advinda do processo de conversão para USGAAPs), ganha prestígio, credibilidade e torna-se conhecida internacionalmente, com impacto direto sobre suas atividades operacionais. Seus novos clientes e fornecedores seguramente terão mais interesse em comprar dela produtos e serviços. Também as empresas distribuidoras de produtos de consumo ou serviços, que interagem com o grande público, têm boas razões para competir no mercado de capitais.

c. Muitas empresas pretendem expandir-se mediante a aquisição de negócios em outros países, e a conversão das demonstrações contábeis de acordo com os princípios contábeis americanos é de grande importância nesta expansão.

d. A oferta de ações públicas no mercado internacional melhora o patrimônio líquido das empresas bem como favorece a obtenção de empréstimos. Criado o mercado público com ações em boa performance, o capital próprio pode ser substancialmente adicionado por recursos provenientes do público e de investidores internacionais privados. A empresa pode oferecer aos investidores, ações ou debêntures com liquidez e apreciável valor de mercado.

e. Desde de que se estabeleça um mercado de valores públicos, as metas da empresa receberão um considerável reforço psicológico voltado para o sucesso financeiro e satisfação próprios; ao mesmo tempo, a empresa desfrutará de uma considerável liquidez à disposição do seu investimento. Enquanto uma empresa que não se apresenta no mercado de valores mobiliários, ela se mantém parcial ou completamente fechada, uma vez que impede a entrada de seu ativo no mercado. Se, pelo contrário, ela atrair acionistas que detenham uma participação pequena, que seja, estará criando um mercado inicial benéfico para as suas realizações e lucratividades futuras.

2.2 - DESVANTAGENS DO MERCADO DE CAPITAIS ABERTO:

a. Se o público é admitido no controle societário, ele deve ter acesso a informações precisas sobre a empresa e suas operações. Os proprietários, por sua vez, podem relutar em tornar públicas essas informações – salários, regime de vendas e competição, lucratividade, contratos materiais -, a fim de que não sejam comprometidas suas desvantagens competitivas.

b. Questionados, os proprietários de empresas abertas enfraquecem sua flexibilidade gerencial. Na prática, informações sobre salários e benefícios indiretos da folha de pagamento o outros procedimentos operacionais são limitadas e podem ser demoradas, notadamente se a aprovação depender dos acionistas ou dos diretores externos.

c. Uma empresa aberta gera problemas administrativos adicionais, rotinas legais e honorários com contadores especializados em conversões contábeis, etc.. A estas,

acrescentem-se despesas com preparação e distribuição de material informativo sobre a empresa, relatórios anuais para os acionistas, preparação de relatórios informativos junto aos órgãos normatizadores mobiliários, para emissão de títulos e ações no mercado aberto americano, etc.

d. Numa empresa aberta, as decisões gerenciais inevitavelmente avaliam o impacto da própria ação no mercado. Se ela se comprometer com um programa de pesquisa e projetos, seu lucro pode ser adversamente afetado num determinado prazo; se, por ventura, enfrentar uma negociação trabalhista, o impacto da ação negociada se dará na bolsa de valores, com provável flutuação das ações.

e. Caso uma grande quantidade de ações seja vendida ao público, a disseminação das informações privilegiadas poderá ser encarada como perda de controle da empresa. Essas informações são decorrentes das negociações entre os proprietários, que, naturalmente, temem pela diluição do controle gerencial. O fato é que, admitido o público para o controle societário, necessariamente ocorre uma progressiva diluição das informações privilegiadas da *holding* bem como dos financiamentos secundários e das aquisições feitas. Nessas circunstâncias, criam-se diversas classes de ações: oferta pública mais limitando o título de voto e acordo sobre o voto de confiança, dispositivos que sustentam o controle da empresa.

f. A rápida conversão das ações em dinheiro para o pagamento de impostos é uma vantagem muito mencionada no mercado de capitais públicos. A verdade é que esse mercado tende a simplificar a valorização. Uma oferta pública pode ser muito desvantajosa do ponto de vista dos impostos, caso se avaliem os títulos e os valores mobiliários por um alto valor de tabela, superior ao do lucro societário. Entretanto, a avaliação do imposto, determinada pelo mínimo, tendo por referência no valor de mercado público, pode ser consideravelmente maior que a avaliação feita por um negócio da atividade privada.

3 - CARACTERÍSTICAS DA CONTABILIDADE INTERNACIONAL

3.1- ÓRGÃOS REGULAMENTADORES DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS

Os procedimentos contábeis americanos são regulamentados por diversos órgãos, através da emissão de diversos pronunciamentos inerentes a publicação das demonstrações contábeis. O autor José Hernandez ⁽¹⁾ descreveu os principais órgãos regulamentadores dos procedimentos contábeis da seguinte forma:

3.1.1 - AICPA – AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS (INSTITUTO DE CONTAORES PÚBLICOS CERTIFICADOS)

O AICPA é formado por um comitê cuja finalidade é a publicação de boletins normatizadores dos procedimentos contábeis. Até hoje foram publicados 51 pronunciamentos contábeis, sendo alguns já substituídos por publicações mais recentes de outros órgão mais atuais, geralmente os “*APB Opinion*”.

3.1.2 - APB – ACCOUNTING PRINCIPLES BOARD (JUNTA DE PRINCÍPIOS CONTÁBEIS)

A partir de 1959, a Junta de Princípios Contábeis passou a emitir pronunciamentos sobre princípios contábeis em substituição ao AICPA. De 1959 até 1973 foram emitidas 31 opiniões, conhecidas como APB Opinion.

⁽¹⁾ HERNANDEZ, José. Conversão de Demonstrações Contábeis. São Paulo. Atlas. 1997. p. 9

3.1.3 - FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (JUNTA DE NORMAS DE CONTABILIDADE FINANCEIRA)

Em 1 de junho de 1973, foi criada a FASB, composta de sete membros indicados por uma junta de curadores (indicados pelo AICPA) para prestação de serviços em tempo integral. A FASB é um órgão independente, reconhecido pelo principal órgão que regulamenta o mercado americano de capitais (SEC – Securities and Exchange Commission), com o objetivo de determinar e aperfeiçoar os procedimentos, conceitos e normas contábeis.

Até 31 de dezembro de 1996, a FASB havia emitido 125 pronunciamentos sobre Normas Contábeis Financeiras (SFAS – Statements of Financial Accounting Standards), conhecidos simplesmente como FAS.

3.1.4 - SEC – SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO)

Órgão responsável pela regulamentação do mercado americano de capitais e definição dos métodos aplicáveis à preparação de demonstrações contábeis e relatórios periódicos obrigatórios para as companhias abertas. Tem o objetivo principal de assegurar aos investidores, principalmente minoritários, acessos a informações corretas e completas necessárias à tomada de decisão.

A SEC emite os seguintes relatórios:

- FRR – Financial Reporting Releases (pronunciamentos referentes a política de SEC sobre contabilidade e auditoria)
- AAER – Accounting and Auditing Enforcement Releases (pronunciamentos referentes a cumprimento de exigências sobre matéria contábil e de auditoria).
- SAB – Staff Accounting Bulletins (interpretações e práticas administrativas sugeridas pela SEC).

3.2 - PRINCÍPIOS CONTÁBEIS AMERICANOS (USGAAPS)

Basicamente, os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil são os mesmos dos Estados Unidos. As diferenças são encontradas na aplicação desses princípios, conforme destacaremos posteriormente.

O autor José Hernandez Perez Junior ⁽²⁾, o qual citou o livro “*Inventário dos Princípios Contábeis*” escrito por Paul Grady, vez um apanhado dos principais critérios contábeis americanos, que apresentamos em seguida. Em seu texto, Paul Grady descreveu os princípios por objetivos. Para cada objetivo e princípio descrito, identificamos o princípio contábil correspondente. Vejamos:

“Objetivo A – Que as vendas, as receitas, os estoques, os custos de venda, as despesas e os lucros e perdas sejam contabilizadas de forma tal que os resultados das operações do período ou períodos abordados sejam razoavelmente refletidos. **Realização da Receita e Confrontação da Despesa.**

Princípio A 1 – As vendas, receitas e estoques não devem ser antecipadas nem sub ou superavaliados. Conseqüentemente, deve haver adequado corte de documentação, no começo e no fim do período ou períodos em questão. **Realização da Receita, Conservadorismo, Custo como base de valor.**

Princípio A 2 – Deverão ser confrontados de forma adequada os custos de venda e as despesas com as vendas e as receitas do período. Deduz-se que deve haver um corte de documentação, no começo e no final do período ou períodos. **Confrontação da Despesa.**

Princípio A 3 – Deverão ser feitos os débitos apropriados por depreciação e exaustão do imobilizado e para amortização de outros custos diferidos. **Confrontação da Despesa.**

⁽²⁾ HERNANDEZ, José. *Conversão de Demonstrações Contábeis*. São Paulo. Atlas.

1997. p. 21

Princípios A 4 – Deverá ser feita uma correta distribuição de custos entre o imobilizado, os estoques, a manutenção e as despesas. Os custos diretos, normalmente, são passíveis de identificação, e os custos mais comuns, que se apliquem a mais de uma atividade, deverão ser distribuídos de acordo com bases de incidência de custos adequadas, tais como fatores de tempo ou de uso. **Confrontação da Despesa, Custo como Base de Valor.**

Princípios A 5 – As provisões e reservas de contingências não deverão ser indevidamente utilizadas como meio de reduzir, de forma arbitrária, o estoque, ou de transferi-lo de um exercício para outro. **Conservadorismo.**

Princípio A 6 – Os lucros e perdas não decorrentes dos ganhos extraordinários deverão ser reconhecidos no período em que ocorrem, mas apresentados a parte das operações normais e usuais. **Confrontação da Despesa.**

Princípio A 7 - Há convicção de que todos os resultados não operacionais constarão da demonstração do resultado do período, a não ser que sejam de tal magnitude, comparativamente às receitas e despesas oriundas das operações anormais, que provoquem distorções nas referidas demonstrações. **Confrontação da Despesa.**

Princípio A 8 - Deve-se divulgar as despesas com aluguel sob contratos importantes de arrendamento a longo prazo e capitalizar os que de fato constituam compras de bem do imobilizado a prestação. **Confrontação da Despesa e Custo Como Base de Valor.**

Princípio A 9 – Se não tiverem sido seguidos uniformemente os princípios contábeis, quando da determinação dos resultados do período, deverá ser divulgado o efeito eventual da mudança. **Consistência.**

Objetivo B – Que seja contabilizado o aumento de capital pelos acionistas mediante contribuição em ativos ou em lucros acumulados de forma correta. A estrutura e apresentação das contas e das demonstrações financeiras de uma empresa tem por finalidade a observância das exigências estatutárias e dos contratos sociais das referidas empresas, bem como refletir as relações financeiras significativas. **Legislação societária.**

Princípio B 1 – Caso haja duas ou mais classes de ações, deve-se registrar a parte do capital correspondente a cada uma delas e informar a respeito dos direitos e preferências sobre os dividendos e o capital em caso de liquidação. **Legislação societária.**

Princípio B 2 – Do ponto de vista financeiro, o capital investido pelos acionistas é o elemento básico das empresas, devendo sua identidade ser mantida intacta. Qualquer modificação do capital investido, resultante de déficit operacional, prejuízo de qualquer natureza, distribuição de dividendos que exceda os lucros acumulados e aquisição de ações a serem mantidas em tesouraria, deverá ser registrado correntemente. **Legislação Societária.**

Princípio B 3 – Qualquer que tenha sido a origem do excedente de capital, ele não deverá ser apropriado na conta de resultados do ano ou acumulado. Não deverão ser misturados os lucros acumulados com o capital investido que exceda o valor nominal ou o valor declarado das ações. **Legislação Societária.**

Princípio B 4 – Os lucros em suspenso deverão representar o saldo acumulado de lucros periódicos menos as distribuições efetivas de dividendos ou bonificações. Pode-se considerar que o montante total não sofre restrições quanto à distribuição de dividendos, a não ser que tais restrições sejam expressas nas demonstrações financeiras. **Legislação Societária.**

Princípio B 5 – Os lucros acumulados podem ser reduzidos mediante transferências para as contas de capital investido, quando mediante um ato formal a empresa tiver mudado, de fato, a composição do capital. As contas de déficit acumulado podem ser eliminadas contra as contas de capital investido, por meio de um ato formal, aprovado pelos acionistas, o qual estabelece um novo valor que será a base de registro contábil (reorganização). **Legislação Societária.**

Princípio B 6 – O montante de qualquer crédito por reavaliação será classificado em separado, como patrimônio líquido, e não estará disponível para nenhum débito, exceto para o estorno da reavaliação. **Legislação Societária.**

Objetivo C – Que sejam registrados os ativo investidos na empresa pelos acionistas (contribuição sob forma de propriedade ou de lucros acumulados) e pelos credores, de maneira correta, para que, quando forem considerados, em relação ao passivo e ao patrimônio líquido, haja uma apresentação correta e fidedigna da situação financeira da empresa tanto no começo como no final do período. Deve ficar claro que as demonstrações da situação financeira ou os balanços não tem por finalidade mostrar o valor presente do bem para a empresa, nem seu valor passível de realização, em caso de liquidação. **Legislação Societária.**

Princípio C 1 – Os itens classificados como ativo circulante não deverão ser lançados por mais do que se espera realizar, no prazo de um ano ou dentro do ciclo normal das operações de determinado negócio. O disponível deverá ser dividido entre itens isentos de restrição e os submetidos à restrição, devendo a inclusão destas últimas, no ativo circulante, ser justificada por sua natureza. As contas a receber deverão ser reduzidas por meios de estimativas de provisão, cujo montante deve ser suficiente para cobrir as contas consideradas incobráveis e outros prejuízos. Deverão ser apresentados, em separado, as contas a receber de empregados, funcionários ou empresas coligadas. **Legislação Societária.**

Os estoques deverão ser lançados pelo custo ou preço de mercado, o que for menor; o custo compreende custos diretos mais indiretos e deverá ser divulgada a base de sua determinação (por exemplo: UEPS, PEPS ou custo médio). Os itens pagos antecipadamente devem ser passíveis de débito a períodos futuros. **Custo como Base de Valor, Confrontação da Despesa.**

Princípio C 2 – O imobilizado deve ser contabilizado pelo custo de aquisição ou construção. O custo dos terrenos deve, normalmente, ser apresentado a parte. O custo da construção compreende custos diretos e indiretos incorridos, a saber, despesas de engenharia, de supervisão, de administração, juros e impostos. Os itens classificados como imobilizado deverão Ter expectativa de pelo menos um ano de vida útil para empresa e, normalmente, essa vida útil é consideravelmente mais longa. Deverão ser estabelecidos padrões ou critérios que possibilitem fazer distinções congruentes entre o imobilizado, as despesas operacionais e a manutenção. Em geral, isso se consegue com uma listagem dos bens possuídos que devam ser

considerados como imobilizado, debitando-se quaisquer itens menores a despesa do exercício. Os itens que já não estejam sendo usados deverão ser eliminados por meio de um débito à depreciação ou às despesas, para que o imobilizado represente o custo dos bens em uso.

Custo como Base de Valor.

Princípio C 3 – Deverá ser criada uma provisão ou uma apropriação ou estimativa adequada para se poder debitar às operações o investimento em ativos depreciáveis durante a vida estimada dos mesmos. As apropriações acumuladas menos a quantidade correspondente à baixa de bens deverão ser apresentadas como deduções do ativo imobilizado. **Legislação Societária, Confrontação da Despesa.**

Princípio C 4 – Os investimentos em títulos a longo prazo, normalmente deverão ser lançados pelo custo. Quando se conhecerem suas cotações de mercado deverá ser revelado seu montante global. Os investimentos em subsidiárias deverão ser separados dos outros. **Legislação Societária.**

Princípio C 5 – Os custos dos itens intangíveis (tais como descontos e despesas como dívidas, patentes, direitos de autor, pesquisa e desenvolvimento quando diferidos e fundo de comércio), deverão ser apresentados em separado. Deverão ser amortizados os itens de vida limitada contra os lucros, durante seus períodos de vida estimada. Deverá ser divulgada a política referente à amortização de intangíveis de prazo ilimitado. **Confrontação da Despesa.**

Princípio C 6 – Deverá ser apresentada informação sobre a natureza e o valor dos ativos hipotecários ou onerados. **Legislação Societária.**

Objetivo D – Que sejam registrados de maneira correta todos os passivos conhecidos, de forma tal que o resumo dos mesmos, tomado em conjunto com a demonstração do ativo, do patrimônio líquido, apresente razoavelmente a situação financeira da empresa, seja no início, seja no fim do exercício. **Conservadorismo, Custo como Base de Valor.**

Princípio D 1 – Deverá ser registrado todo o passivo conhecido, independentemente de se poder ou não determinar seu montante exato. Se este não puder ser quantificado razoavelmente, deverá ser divulgada a natureza dos itens no contexto do resumo do passivo ou em nota explicativa. **Conservadorismo.**

Princípio D 2 – O passivo circulante deverá incluir os itens a pagar no prazo de um ano ou no final do ciclo de operações adotado como critério para classificar do ativo como circulante. Deverão ser apresentados em conta à parte os documentos a pagar a bancos, a terceiros, a contas a pagar (talvez compreendendo folhas de pagamento), os impostos de renda e outros impostos acumulados; contas ou documentos a pagar a funcionários e contas e documento a pagar a subsidiárias. **Legislação Societária.**

Princípio D 3 – Deverá ser descrito o passivo a longo prazo e mencionadas as datas de vencimento e as taxas de juros. **Legislação Societária.**

Princípio D 4 – Deverá ser demonstrada a natureza do passivo e o montante específico até o qual ele representa um gravame preferencial sobre o ativo. **Legislação Societária.**

Princípio D 5 – Deverão ser classificados e detalhados à parte os lucros diferidos. **Legislação Societária.**

Princípio D 6 – Deverá ser divulgado o passivo contingente cuja importância assim o exija. **Legislação Societária.**

Objetivo E – As demonstrações financeiras deverão ser feitas de conformidade com as normas aplicáveis à elaboração de relatórios, contidas nas normas de auditoria geralmente aceitas. Os relatórios para investidores deverão ser feitos segundo a base da entidade. **Entidade.**

Princípio E 1 – Quando há uma matriz e uma ou mais subsidiárias, supõe-se que as demonstrações consolidadas tenham um significado maior que as demonstrações individuais. **Legislação Societária.**

Princípio E 2 – As contas das subsidiárias ou divisões consolidadas que operam no estrangeiro deverão ser convertidas para a moeda nacional, às taxas apropriadas. **FAS 52.**

Princípio E 3 – Quando duas ou mais entidades anteriormente independentes fundem-se ou de alguma outra forma se combinam, de maneira a construir um consórcio de interesses, a

nova entidade herda as bases de responsabilidade contábeis das entidades constituintes.
Legislação Societária.”

Como vimos, os critérios contábeis americanos enquadram-se nos princípios contábeis brasileiros e nas regras determinadas em nossa legislação societária. Na realidade, hoje existem apenas diferenças de critérios que ao longo do tempo tendem a se igualar.

3.3 - PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS BRASILEIROS E OS USGAAP's (PRINCÍPIOS AMERICANOS)

Como vimos anteriormente, os USGAAP's em muito se assemelham com os princípios contábeis nacionais. Porém algumas diferenças podem vir a surgir ao longo do tempo, dependendo da situação. Vejamos as principais diferenças que podem surgir entre os princípios contábeis brasileiros e americanos.

3.3.1 - ENCARGOS FINANCEIROS SOBRE FINANCIAMENTO DE ATIVO IMOBILIZADO

No Brasil

As despesas de captação de empréstimos e financiamentos para aquisição de bens não são capitalizadas e sim contabilizadas em despesas operacional do exercício em que ocorrerem.

Nos Estados Unidos

As despesas de juros de financiamentos relacionados à aquisição e/ou construção de são capitalizados como ativo imobilizado de acordo com o Pronunciamento do SFAS nº 34.

3.3.2 - ARRENDAMENTO MERCANTIL (*LEASING*)

No Brasil

Os pagamentos são apropriados como despesa e o bem é ativado no momento da opção pela compra, pelo seu valor residual. Atualmente, a CVM e o IBRACON determinam que os arrendamentos de natureza financeira sejam ativados desde o início da operação, porém as entidades usam das justificativas fiscais para lançar no resultado, por regime de caixa, todos os pagamentos inerentes a arrendamento mercantil.

Nos Estados Unidos

Em conformidade com o SFAS nº 13, os bens arrendados na modalidade de *leasing* financeiro são ativados na data da operação em contrapartida de provisão. Este procedimento de ativar operações de *leasing* financeiro é bastante coerente, pois de forma geral estas operações caracterizam compras futuras (essência sobre a forma).

3.3.3 - DEPRECIAÇÃO

No Brasil

Calculada como base na vida útil média geralmente aceita pela legislação fiscal e societária pelo método linear.

Nos Estados Unidos

Calculada como base na vida útil estimada medida em termos de tempo ou em termos de capacidade de produção pelo método linear ou decrescente.

3.3.4 - DESPESAS INCERTAS, TAIS COMO CONTINGÊNCIAS FISCAIS, GARANTIAS E OUTRAS.

No Brasil

O IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores emitiu, em dezembro de 1992, o pronunciamento técnico XIII, que classifica as contingências em três categorias: a) perda provável – deve ser constituída provisão contábil que reflita o valor estimado da perda, ou, caso não seja possível estimar com exatidão o valor da contingência, este deve ser estimado com uma margem de erro para baixo e para cima, contabilizando-o pelo valor mínimo, porém com divulgação em nota explicativa das demonstrações contábeis; b) perda possível – deve ser divulgada em nota explicativa das demonstrações contábeis, informando o valor estimado, natureza e situação da contingência; c) perda remota – não é necessária nenhuma divulgação em nota explicativa ou reconhecimento do passivo.

Nos Estados Unidos

De acordo com o SFAS nº 5 os procedimentos contábeis com relação às contingências são exatamente os mesmos dos adotados no Brasil.

3.3.5 - DESPESAS LIMITADAS FISCALMENTE, TAIS COMO DEVEDORES DUVIDOSOS

No Brasil

Geralmente, provisionadas de acordo com o limite fiscal

Nos Estados Unidos

Os USGAAPs prescrevem critérios técnicos para provisão de créditos em liquidação duvidosa que diferem do critério definido pelo Banco Central. Conforme o FAS nº 114, os valores a receber dos empréstimos da carteira são descontados ao valor presente de acordo com as taxas de juros de mercado e provisionados pelo valor real estimado.

3.3.6 - AVALIAÇÃO DE ESTOQUES

No Brasil

Os estoques são avaliados pelo custo de aquisição e produção ou pelo valor de realização (mercado), o que for menor. Os estoques podem ser avaliados pelos sistemas FIFO (PEPS) e custo médio; não é admitida a utilização de LIFO (UEPS). Para fins de correção monetária integral, os estoques são corrigidos pela variação da UMC, até o limite do valor de realização, conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Nos Estados Unidos

Os estoques são avaliados pelo custo de aquisição e produção ou pelo valor de realização (mercado), o que for menor. Os estoques podem ser avaliados pelos sistemas FIFO (PEPS), LIFO (UEPS) ou pelo custo médio.

3.3.7 - AJUSTE A VALOR PRESENTE DE DIREITOS OU OBRIGAÇÕES MONETÁRIOS PREFIXADOS

No Brasil

Para fins de Correção Monetária Integral é efetuado o ajuste a valor presente independentemente do prazo e com base na taxa média da ANBID, em conformidade com determinação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Para fins de legislação societária não são requeridos quaisquer ajustes para deflacionamento dos direitos e obrigações.

Nos Estados Unidos

De acordo com os USGAAPs , para juros imputáveis aos valores recebíveis e pagáveis com vencimento acima de um ano, é obrigatório o desconto a valor presente nos termos do APB n° 21.

3.3.8 - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS PERMANENTES

No Brasil

No Brasil, consideramos dois métodos de avaliação de investimentos em outras sociedades: custo de aquisição ou equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial é usado nos casos de investimentos relevantes ou em controladas.

Nos Estados Unidos

Os investimentos podem ser avaliados pelo método de custo ou equivalência patrimonial, sendo este último adotado na seguinte circunstância: é utilizado para investimentos em empresas nas quais um investidor detenha de 20% até 50% da participação (acima de 50% deve ser o método da consolidação), podendo exercer influência significativa nas políticas operacionais e financeiras. Ainda que o julgamento seja requerido para determinar a influência significativa, um investimento de 20% ou mais das ações com direito a voto de uma empresa gera suposição de tal influência.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, um investidor registra inicialmente um investimento ao custo, que é posteriormente ajustado pela parcela do resultado da investida (após a eliminação dos lucros entre as empresas do grupo) e alterações no capital após a data da aquisição. Sucessivos prejuízos operacionais de uma investida, assim como outros fatores que indicam uma diminuição no valor que não seja temporário, podem resultar na redução ou eliminação (provisão para perda integral do valor contábil do investimento).

Uma diferença com os princípios contábeis brasileiros é que o ágio nos investimento é determinado pelos ativos e passivos a valores justos de mercado, enquanto no Brasil o ágio é determinado pela simples diferença entre o valor pago comparado com a equivalência no patrimônio líquido contábil da investida, ou seja, não se mensura o valor de mercado dos ativos e passivos da investida para se determinar o valor do ágio, de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

3.3.9 - REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DO IMOBILIZADO

No Brasil

Apesar deste procedimentos ir de encontro aos princípios contábeis geralmente aceitos, em algumas situações a reavaliação é permitida, devendo ser obedecidas as requisições da Lei 6.404/76, que estabelece que a reavaliação deve ser feita por três peritos ou por empresa especializada, desde que aprovada pela assembléia dos acionistas.

Nos Estados Unidos

USGAAPs exigem que os ativos fixos sejam apresentados pelo seu custo histórico, subtraída a depreciação ou amortização acumulada. Não são admitidas reavaliações de ativos, exceto quando referentes à contabilização de aquisições de empresas, em que os bens foram reavaliados para se efetuar a negociação.

3.3.10 - DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS

No Brasil

No Brasil, as despesas pré-operacionais incorridas na construção ou expansão de um novo negócio são diferidas até que a nova entidade inicie sua operação comercial. Posteriormente, todos os custos relativos à organização e ao *star-up* do novo negócio também são capitalizados. O valor capitalizado é amortizado normalmente no prazo de 5 a 10 anos.

Nos Estados Unidos

Os USGAAPs são mais restritivos quanto aos custos pré-operacionais no que tange à capitalização e respectiva amortização. Nos Estados Unidos, essas despesas são normalmente debitadas ao resultado, exceto àqueles projetos que tenham viabilidade econômica, cujos custos, diretamente vinculados ao mesmo, sejam, no futuro, recuperados serão diferidos e amortizados a um prazo menor do que previsto no Brasil.

3.3.11 - PROVISIONAMENTO DE DIVIDENDOS

No Brasil

Conforme os princípios contábeis brasileiros, os dividendos propostos são provisionados nas demonstrações contábeis, pressupondo-se a aprovação deles pela assembleia-geral.

Nos Estados Unidos

Os USGAAPs não permitem este provisionamento antes de aprovação pela assembleia geral.

3.3.12 - LUCRO LÍQUIDO OU PREJUÍZO POR AÇÃO

No Brasil

No Brasil, o lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base no número de ações em circulação no final de cada ano.

Nos Estados Unidos

Conforme os USGAAPs, o lucro por ação leva em conta os valores equivalentes de ações ordinárias e é calculado pelo preço médio ponderado das ações em circulação durante o ano.

3.3.13 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No Brasil

Conforme os GAAPs brasileiros, os títulos e valores mobiliários geralmente são demonstrados ao valor de custo atualizado ou valor de mercado.

Nos Estados Unidos

De acordo com o USGAAPs, Fas nº115 (*Accounting for certain investments in debt and equity securities*), para setores ou indústrias sem práticas contábeis especializadas, os títulos e valores mobiliários são valorizados da seguinte maneira:

- Ao custo amortizado (títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento);
- Ao valor de mercado, com perdas e ganhos reconhecidos no resultado (títulos e valores mobiliários classificados como negociáveis);
- Ao valor de mercado com perdas e ganhos não realizados reconhecidos no patrimônio líquido (títulos e valores mobiliários destinados a venda).

3.3.14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS (DERIVATIVOS)

No Brasil

De acordo com os GAAPs brasileiros, os instrumentos financeiros não são remarcados pelo valor de mercado (*marked to market*) e notas explicativas são divulgadas conforme exigências do Banco Central e da CVM, o que tem resultado em pouca informação adicional se comparada com as notas explicativas de empresas norte-americanas.

Nos Estados Unidos

De acordo com os USGAAPs, a prática contábil aplicável às entidades dependem da intenção da gerência e podem requerer ajustes contábeis para o seu valor justo (valor de mercado). Os princípios americanos requerem muito mais divulgação conforme o Fasn n° 105. *Disclosure of information about financial instruments with off balance sheet risk and concentration of credit risk, Fasn n° 107 – Disclosure about derivative financial instruments and fair value of financial instruments.*

3.4 - EXEMPLO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO BRASIL E NOS EUA

Vamos considerar uma companhia de capital aberto com as seguintes posições financeiras, em 1998:

- capital integralizado de 10.000 UM (unidades monetárias) e caixa com mesmo valor;
- empréstimo (para aquisição de máquina) liberado no valor de 3.000 UM com juros no exercício de 200 UM;
- compra de matéria prima, em 30.9.98 importada no valor de 1.000 UM e juros pré-fixado de 8% a.a., com vencimento em 30.4.99;
- pagamento de 400 UM a título de leasing financeiro de uma máquina (o total do contrato firmado é de 1.000 UM);
- venda a vista de 500 UM, a um custo de 200

BALANÇO NO BRASIL

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
Caixa	10100	Fornecedores	1000
Estoque	800	Empréstimos	3.200
		Patrimônio Líquido	
Permanente		Capital	10000
Imobilizado	3000	Resultado Exercício	(300)
Total	13900		13900

Demonstração do Resultado

Receita de Vendas	500
(-) CMV	<u>(200)</u>
Receita Bruta	300
Despesas Operacionais	
• Despesas c/ Leasing	(400)
• Despesas Financeira	(200)
Lucro (prejuízo) líquido	<u><u>(300)</u></u>

BALANÇO NOS ESTADOS UNIDOS

ATIVO		PASSIVO	
Caixa	10100	Fornecedores	1000
Estoque	754	(-) AVP Fornecedores	(26)
		Empréstimos	3.200
		Contrato Leasing	600
		Patrimônio Líquido	
Permanente		Capital	10000
Imobilizado	4200	Resultado Exercício	280
Total	15054		15054

Demonstração do Resultado

Receita de Vendas	500
(-) CMV	(200)
Receita Bruta	300
Despesas Operacionais	
· AVP Fornecedores	(20)
Lucro (prejuízo) líquido	280

Fazendo uma comparação das demonstrações usando os critérios contábeis de cada país, podemos perceber que o resultado contábil diverge de forma considerável em função dos seguintes aspectos:

- ajuste a valor presente dos fornecedores;
- capitalização dos encargos financeiros dos financiamentos para aquisição de ativo imobilizado;
- registro no imobilizado do leasing financeiro.

4 - CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 - DISTINÇÃO ENTRE “CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS” E “CONTABILIDADE EM MOEDA ESTRANGEIRA”.

Apesar de atenderem aos mesmos objetivos, os procedimentos de Conversão de Demonstrações Contábeis e de Contabilidade em Moeda Estrangeira são bastante distintos.

No caso de Conversão de Demonstrações Contábeis, a empresa mantém sua contabilidade em moeda nacional de acordo com os princípios contábeis brasileiros e somente no final do exercício, após o encerramento das demonstrações contábeis em moeda nacional, aplica os procedimentos de conversão, de acordo com os princípios contábeis internacionais.

No caso de Contabilidade em moeda Estrangeira as operações são convertidas para a moeda estrangeira à medida que ocorrem e registradas em sistema contábil próprio, apurado ao término do exercício as demonstrações contábeis em moeda estrangeiras, não havendo a necessidade de qualquer conversão. É importante salientar que as Demonstrações em Moeda Estrangeira ainda estão de acordo com os princípios contábeis nacionais, ocorrendo, apenas, uma conversão para a moeda americana, sem maiores alterações contábeis.

Observe que, no primeiro caso, há a Conversão das Demonstrações em Moeda Nacional para a Moeda Estrangeira e, no segundo caso, há a Conversão das Operações para a Moeda Estrangeira e sua contabilização já nessa moeda.

4.2 - TAXAS DE CONVERSÃO

Para convertermos um saldo contábil ou uma operação em moeda local para a moeda estrangeira é necessária a determinação de uma taxa de câmbio.

Dependendo das circunstâncias e características dos itens contábeis, poderão ser utilizadas diversos tipos de taxa de conversão, as quais são citadas pelo autor José Hernandez⁽³⁾, como segue:

- **Taxa Histórica** – Taxa de câmbio vigente na época do ocorrência do fato. Por exemplo: o custo de aquisição de imóvel seria contabilizado pela taxa de câmbio da data da compra.
- **Taxa Corrente** – Taxa de câmbio vigente no dia em que determinada operação está sendo realizada ou em que o exercício social está sendo encerrado (neste caso, também é chamada de taxa de câmbio de fechamento). Podemos definir como sendo a taxa atual em determinado período. Por exemplo: as operações de pagamentos e recebimentos são contabilizadas pela taxa de câmbio da data de realização destas operações (recebimento ou pagamento).
- **Taxa de Fechamento** – Taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis. Por exemplo: o saldo de caixa existente na data do balanço será convertido pela taxa de câmbio vigente nessa data para representar o equivalente em moeda estrangeira.
- **Taxa Média** – Média aritmética das taxas câmbio vigentes durante determinado período.

⁽³⁾ HERNANDEZ, José. Conversão de Demonstrações Contábeis. São Paulo. Atlas.

4.3 - MÉTODOS DE CONVERSÃO

Basicamente, existem três métodos de conversão:

- **Câmbio de fechamento**
- **Monetário e não monetário**
- **Temporal**

A escolha do método a ser aplicado dependerá dos objetivos e dos critérios a que a empresa esteja submetida. Antes de identificarmos qual dos métodos é adotado pelo FAS 52 (pronunciamento que regulamenta todo o processo contábil de conversão de Demonstrações Contábeis), vejamos o funcionamento de cada um deles e sua adequação aos USGAAP.

4.3.1 - CÂMBIO DE FECHAMENTO

Por este método, todos os itens das demonstrações contábeis são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis, ou seja, taxa corrente ⁽⁴⁾.

Este método somente é aplicável em países de economia estável, pois em economias inflacionárias, o valor convertido de alguns itens não representaria seu valor em moeda norte-americana de acordo com USGAAP. Por exemplo:

Contas/Operações	Valor em R\$	Taxa de câmbio vigente na data da operação	Valor em US\$	Taxa de câmbio vigente na data do balanço	Valor do saldo em R\$ convertido pela taxa corrente US\$
Caixa	5.250	US\$ 1,00 = R\$ 1,00	5.250	US\$ 1,00 = R\$1,08	4.861
Dinheiro referente ao recebimento de cliente					
Estoque	15.750	US\$ 1,00 = R\$ 1,00	15.750	US\$ 1,00 = R\$ 1,05	15.000
Matéria-prima adquirida em 15 de outubro de 19XA					

⁽⁴⁾ HERNANDEZ, José. Conversão de Demonstrações Contábeis. São Paulo. Atlas. 1997. p. 31



Conforme pode ser observado no exemplo, o valor do estoque convertido pela taxa de câmbio corrente (US\$ 15.000) não reflete o valor do custo de aquisição (US\$ 15.750) que deve ser adotado de acordo com os princípios contábeis norte-americanos. Caso não houvesse variação na taxa de câmbio, a taxa de câmbio de fechamento seria US\$ 1,00 igual a R\$ 1,00 e a conversão do saldo de R\$ 15.750 por essa taxa resultaria no mesmo valor do custo de aquisição de US\$ 15.750.

No caso do saldo de caixa, o valor encontrado é adequado, pois nessa data realmente R\$ 5.250 equivalem a US\$ 4.861.

Como vimos, em economias em que haja variações nas taxas de câmbio, o método de conversão pela taxa de câmbio de fechamento, apesar de muito simples, não pode ser aplicado, pois os saldos encontrados em moeda estrangeira não estarão de acordo com USGAAP.

4.3.2 - MONETÁRIO E NÃO MONETÁRIO

De acordo com as palavras de HERNANDEZ ⁽⁵⁾, por este método, os itens patrimoniais são convertidos pelas seguintes taxas:

- **Itens Monetários** – São os itens realizados ou exigidos em dinheiro (caixa, contas a receber, contas a pagar, etc.), convertidos pela taxa corrente (taxa na data de realização).
- **Itens Não Monetários** – São os itens realizados ou exigidos em forma de bens ou serviços (estoques, imobilizado, patrimônio líquido, etc.), convertidos pela taxa histórica (na data de aquisição dos bens, por exemplo).

⁽⁵⁾ HERNANDEZ, José. Conversão de Demonstrações Contábeis. São Paulo. 1997. p.33



Este método é adequado, pois traz a valor de realização os itens não monetários, os quais são muito afetados numa economia inflacionaria. Como os princípios americanos de contabilidade obrigam a trazer a valor presente os itens monetários, adoção deste critério se faz bastante necessária.

Para os países que adotam o princípio do custo corrigido, a adoção de taxas correntes para os itens monetários não se faz necessária, pois se os mesmos estão sendo corrigidos monetariamente, a taxa correta a ser adotada é a taxa histórica.

Vejamos um exemplo deste método de conversão:

Conta	Item	R\$	Taxa	US\$ 1,00 = R\$	US\$
Caixa	Monetário	1.680	Corrente	1,05	1.600
Clientes	Monetário	6.006	Corrente	1,05	5.720
Empréstimos	Monetário	2.394	Corrente	1,05	2.280
Estoque	Não monetário	4.000	histórica	1,00	4.000
Imobilizado	Não monetário	6.000	histórica	0,80	7.500

Por este método, tanto os itens monetários quanto os não monetários estão adequadamente avaliados de acordo com USGAAP. Cabe observar que os saldo de Caixa e de Empréstimos estão avaliados em reais pelo valor presente de liquidação, assim sendo, caso fossem liquidados e transformados em dólares americanos nessa data, efetivamente equivaleriam aos valores obtidos em reais.

Entretanto, o saldo a receber de Clientes está avaliado em reais pelo valor nominal, ou seja, pelo valor futuro de realização. Como estamos considerando que haverá variação na taxa de câmbio até a data de liquidação, nessa data, o valor realizado em reais será o mesmo, mas o valor em dólares americanos será menor, pois, provavelmente, a taxa de câmbio será maior.

Quanto menor for a variação da taxa de câmbio, logicamente, menor será a variação entre os valores em dólares americanos da data do balanço e da data de liquidação.

4.3.3 - TEMPORAL

O autor HERNANDEZ ⁽⁶⁾ também define e comenta, de forma bem coerente, o método temporal, da seguinte forma:

“Este método pode ser utilizado qualquer tipo de economia, pois prevê conversões diversas para os itens patrimoniais, dependendo do critério de avaliação contábil que se adote em determinado país. A avaliação pode ser por valor presente, valor futuro ou valor passado.

Na contabilidade brasileira, os itens patrimoniais são classificados e avaliados da seguinte forma:

- *Itens monetários prefixados – principalmente, duplicatas a receber e a pagar são avaliadas pelo valor nominal, ou seja, valor futuro.*
- *Itens monetários pós-fixados – contas a receber e a pagar e aplicações financeiras indexadas atualizadas até a data do balanço, ou seja, valor presente.*
- *Itens não monetários realizáveis – principalmente estoques, avaliados ao custo histórico de aquisição, ou seja, valor passado.*
- *Itens não monetários permanentes e patrimônio líquido – avaliados pelo custo histórico, pois a partir de 1996 foi extinta a correção monetária.”*

⁽⁶⁾ HERNANDEZ, José. Conversão de Demonstrações Contábeis. São Paulo. Atlas.

Os itens patrimoniais classificados dessa forma serão convertidos pelas seguintes taxas:

Itens	Base de Valor	Taxa
Monetários prefixados	Futuro	Corrente
Monetários pós-fixados	Presente	Corrente
Não monetários realizáveis	Passado	Histórica
Não monetários permanentes ou patrimônio líquido	Passado	Histórica

Em economias altamente inflacionárias a conversão dos itens monetários prefixados pela taxa cambial presente gera diferenças relevantes se compararmos com o valor de realização. Vejamos o exemplo das duplicatas a pagar:

Duplicata a Pagar	Valor nominal em R\$	Taxa de câmbio corrente	Valor em US\$
Valor na data do Balanço	15.000	1,00	15.000
Valor na data do vencimento	15.000	1,20	12.500

Constatamos no exemplo acima que o valor de realização (US\$ 12.500) foi bem diferente do valor na data do balanço (US\$ 15.000). A diferença resultante será contabilizada como ganhos ou perdas na conversão.

Para minimizarmos esta diferença podemos usar uma taxa de câmbio estimada para a data do vencimento ou trazermos a valor presente e depois efetuarmos a conversão. Vejamos um exemplo da conversão pelo valor presente:

Duplicata a Pagar	Valor presente em R\$	Taxa de câmbio corrente	Valor em US\$
Valor na data do Balanço	12.600	1,00	12.600
Valor na data do vencimento	15.000	1,20	12.500

Vejamos uma estimativa de taxa que estará em vigor na data de liquidação do título:

Duplicata a receber ou a pagar	Valor nominal em R\$	Taxa de câmbio corrente	Valor em US\$
Valor na data do balanço	15.000	Prevista 1,19 real	12.605
Valor na data do vencimento	15.000	1,20	12.500

O método temporal, quando aplicado em países de economia estável, gera resultados muito próximos daqueles obtidos pelo método de câmbio de fechamento, pois como todos os itens patrimoniais estarão muito próximos do valor presente, serão convertidos pela taxa corrente.

Em países de economia inflacionária, que praticam a contabilidade com base no princípio do custo como base de valor, como o Brasil, o método temporal gera resultados semelhantes aos obtidos pela aplicação do método do monetário não monetário, pois os itens monetários, por estarem avaliados a valores próximos do valor presente, serão convertidos pela taxa corrente, enquanto os itens não monetários avaliados pelo custo histórico serão avaliados pela taxa histórica.

O ajuste a valor presente dos itens monetários prefixados ou a utilização de taxa de câmbio prevista conforme alternativas apresentadas anteriormente somente se justificam em economias altamente inflacionárias.

4.4 - METODOLOGIA DE CONVERSÃO

O autor HERNANDEZ ⁽⁷⁾ comenta a metodologia de conversão da seguinte forma:

“O FAS 52 não exige que a empresa mantenha uma contabilidade paralela em dólar, apesar de ser o mais adequado e usualmente adotado pelas empresas, mas que, ao término do exercício, remensure suas demonstrações contábeis para obter valores semelhantes aos que obteria caso mantivesse contabilidade em dólar. De acordo com o FAS 52, a seguinte metodologia deve ser adotada:

- a *encerrar o resultado e apurar o balanço patrimonial na moeda local;*
- b *classificar os itens patrimoniais de acordo com a base de valor adotada (passado, presente ou futuro);*
- c *converter os itens patrimoniais”.*

Como exemplo do fato exposto acima podemos melhor ilustrar as condições de conversão na tabela abaixo:

Itens	Base de valor em moeda local	Taxa de conversão para a moeda funcional
Monetários prefixados • Duplicatas a pagar ou receber etc.	Futuro	Corrente ou futura projetada (hiperinflação)
Monetários pós-fixados • Caixa, empréstimos, etc.	Presente	Corrente
Não monetários • Estoques, imobilizado, despesas antecipadas, adiantamentos a fornecedores e de clientes, patrimônio líquido etc.	Passado	Histórica

⁽⁷⁾ HERNANDEZ, José. Conversão de Demonstrações Contábeis. São Paulo. Atlas.

- a. ajustar **extracontabilmente** o resultado e o balanço patrimonial para adequá-los aos princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA (USGAAP);
- b. Obter por diferença de patrimônio líquido, anterior e atual, o Resultado Acumulado;
- c. Elaborar a Demonstração do Resultado Acumulado e obter por diferença o Lucro líquido do Exercício, como segue:

Histórico	Taxa de conversão
Saldo Inicial	Histórica do período anterior
Correção monetária	Não existe mais. Mesmo que houvesse, não seria convertida
Ajuste de exercícios anteriores	Histórica do respectivo período anterior
Dividendos Distribuidos	Histórica de quando foram gerados
Outras operações	Histórica do período original correspondente
<i>Lucro Líquido do Exercício</i>	<i>Obter por diferença</i>
Saldo Final	Obtido do balanço encerrado conforme item anterior

- a. Classificar as receitas e despesas de acordo com a contrapartida das mesmas nos itens patrimoniais e convertê-las;
 Converter as receitas e despesas conforme item anterior, comparar o resultado obtido com aquele por diferença e calcular por diferença o ganho ou perda na conversão;
- b. Demonstrar os ganhos e perdas na conversão.

4.5 - GANHOS E PERDAS NA CONVERSÃO

Os ganhos e perdas na conversão são decorrentes do efeito das variações nas taxas de câmbio sobre os itens monetários. Em regimes inflacionários, geralmente os ativos monetários geram perdas na conversão e os passivos geram ganhos.

EXEMPLO DE PERDA NA CONVERSÃO:

DUPLICATAS A RECEBER

	Data	Valor em R\$	Taxa do US\$	Valor em US\$
Emissão	15.11	10.000	1,05	9.523,81
Vencimento	15.12	10.000	1,10	9.090,91
Perda				432,90

Ocorre perda porque o valor recebido em US\$ na data de vencimento é menor que o valor que seria recebido na data de emissão.

Caso fosse duplicatas a pagar, haveria ganho, pois o valor pago seria menor e quem perderia seria o credor.

Se a taxa de câmbio diminuísse, o efeito seria inverso.

4.6 - ADMINISTRAÇÃO DO GANHOS E PERDAS NA CONVERSÃO

O resultado da conversão pede ser modificado alterando-se a estrutura do capital monetário líquido. Para redução do capital monetário líquido exposto à desvalorização cambial, podem ser adotados os seguintes procedimentos:

- Redução do patrimônio líquido por meio da distribuição de dividendo ou mesmo, caso não haja lucros acumulados, através da redução de capital social;
- Aplicações no ativo permanente pela compra de ativo imobilizado ou participações societárias;
- Equilíbrio do circulante pela substituição de passivos monetários em moeda forte por passivos em moeda fraca (diminuir o passivo em moeda forte por passivos em moeda forte), substituição dos ativos monetários em moeda fraca por ativos monetários em moeda forte (diminuir o ativo em moeda fraca) ou investimento em ativos circulantes não monetários, principalmente, estoques.

A redução do ativo monetário geralmente traz benefícios para a empresa, tais como:

- Maior eficiência da gerência financeira, que passará a ter custos maiores em moeda nacional e deverá administrar os passivos monetários negociando taxas e prazos com os credores;
- Os passivos monetários geram despesas financeiras em moeda nacional que são dedutíveis do imposto de renda e ganhos de conversão em moeda estrangeira que não são tributados;
- Os ativos monetários geram perdas em moeda estrangeira que não são dedutíveis e receitas geram perdas em moeda estrangeira que não são dedutíveis e receitas financeiras que são tributadas.

5 - CONSOLIDAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES

5.1 - OBJETIVOS DA CONSOLIDAÇÃO

O IBRACON e o CRC de São Paulo ⁽⁸⁾ definem as demonstrações contábeis consolidadas da seguinte forma:

“Demonstrações contábeis consolidadas são aquelas produzidas pela reunião das demonstrações contábeis de uma ou mais empresas controladas, pela adição dos itens correspondentes do ativo, passivo, receitas e despesas com os das demonstrações contábeis da controladora, eliminando-se interesses minoritários nas subsidiárias.

Esta prática só é internacionalmente utilizada nos casos em que a controladora possui ações ordinárias das controladas.”

Demonstrações contábeis consolidadas reconhecem que entidades legalmente separadas são componentes de uma unidade econômica. A esse propósito, os itens 8.1.2 e 8.1.2.1 da NBC T8, que trata das demonstrações contábeis consolidadas, dizem que da consolidação não surge uma nova entidade, mas tão somente uma unidade econômica, sem personalidade jurídica própria.

Segundo o AICPA, o propósito das demonstrações contábeis consolidadas é o de apresentar, principalmente aos acionistas e credores da controladora, os resultados das operações e a posição financeira da controladora e suas controladas, como se o grupo fosse um única entidade, com uma ou mais filiais ou divisões.

Para o IASC, a consolidação de demonstrações contábeis apresenta a posição financeira, o resultado das operações e as mutações do grupo de empresas como um todo. Tal informação é, evidentemente, de interesse dos usuários das demonstrações contábeis.

Em nosso país, as regras de consolidação definidas pela legislação societária são as regras adotadas pela profissão e, apesar da recomendação do Ibracon e das Normas Brasileiras de Contabilidade, não é prática comum a consolidação de demonstrações contábeis fora do âmbito das sociedades por ações, sendo mais comum entre as empresas de capital aberto.

(8) Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo e IBRACON. Contabilidade no Contexto Internacional. São Paulo. Atlas. 1997. p. 75

O conceito de controle como requisito para a consolidação das demonstrações contábeis é igualmente adotado no Brasil. Segundo a NBC T8, a simples participação majoritária no capital votante da controlada é condição para consolidação.

5.2 - ABRANGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Com exceção das subsidiárias cujo controle deverá ser temporário (aquisição efetuada com vistas a venda futura), e daquelas que estejam operando com restrições de longo prazo que as incapacitem de transferir fundos à controladora, todas as demais subsidiárias devem ser consolidadas à controladora.

Para o IASC, o controle é presumido quando uma empresa detém, direta ou indiretamente, através de subsidiárias, mais da metade dos votos de outra empresa.

A norma contábil internacional 27, ressalta que o controle pelo existir mesmo quando a empresa detenha menos da metade das ações com direito a voto, se: a) por acordo dos acionistas, exista o poder sobre mais da metade dos direitos de voto; b) pelos estatutos ou acordo de acionistas, exista o governo sobre as políticas operacionais e financeiras da empresa; c) existir poder para indicar ou substituir a maioria dos membros da diretoria; ou d) detiver a maioria dos votos em reuniões de diretoria.

5.3 - PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os procedimentos de consolidação são comentados pelo IBRACON e CRC de São Paulo ⁽⁹⁾ da seguinte forma:

“Os procedimentos de consolidação recomendados não diferem dos conceitos técnicos adotados no mundo. As contas do ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas são somadas linha-a-linha, de maneira a permitir que as demonstrações consolidadas apresentem informações contábeis do grupo como se fosse uma única empresa.”

(9) Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo e IBRACON. Contabilidade no Contexto Internacional. São Paulo. Atlas. 1997. p. 76

Para tanto, recomenda-se a adoção dos seguintes passos:

- a* *O valor do investimento da controladora em cada subsidiária e parcela de patrimônio líquido em cada subsidiária são eliminados.*
- b* *A participação minoritária no lucro líquido das subsidiárias consolidadas é identificada e ajustada contra o lucro do grupo, de modo a determinar-se o lucro líquido atribuível aos sócios da controladora.*
- c* *A participação minoritária nos ativos líquidos das subsidiárias consolidadas é identificada e apresentada no balanço consolidado, separadamente do passivo e do patrimônio líquido da controladora. Participação minoritária nos ativos líquidos consiste de:*
 - I – o valor, à data original da fusão, calculado de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade NIC; e*
 - II – a participação minoritária nas mutações do patrimônio líquido desde a data da fusão.*
- d* *Os impostos a pagar tanto pela controladora, quanto pela subsidiária, na distribuição à controladora, de lucros retidos nas subsidiárias, devem ser tratados de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade NIC 12 – Contabilização do Imposto Sobre a Renda.*
- e* *Os saldos entre empresas e as operações de vendas e despesas realizadas entre elas devem ser totalmente eliminados. Os lucros não realizados decorrentes das transações entre as empresas do grupo, que estão incluídos em estoques ou imobilizado, devem ser eliminados. Os prejuízos decorrentes de transações entre as empresas do grupo devem ser igualmente eliminados, a menos que tal custo não possa ser recuperado.”*

A seguir demonstraremos em exemplo de consolidação do Balanço Patrimonial de três empresas coligadas, obedecendo os critérios contábeis previstos nas normas contábeis internacionais. Inicialmente, vejamos o cálculo da equivalência patrimonial com as três empresas subsidiárias:

CÁLCULO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Descrição	Patrimônio Líquido	% Participação	Equivalência Patrimonial
Subsidiária A	37.000	100%	37.000
Subsidiária B	39.000	87%	34.000
Subsidiária C	65.000	100%	65.000
Total			<u>136.000</u>

Participação dos Minoritários na Subsidiária B

Descrição	Participação (R\$)
Acionista A	2.500
Acionista B	2.500
Total	<u>5.000</u>

Como já calculamos a equivalência patrimonial entre as coligadas, vejamos a consolidação dos balanços entre estas empresas:

ATIVO

Descrição	Subsidiária A	Subsidiária B	Subsidiária C	Controladora	COMBINADO	Exclusões	CONSOLIDADO
Circulante							
Caixa	100	200	100	500	900	-	900
Bancos	5.900	61.800	30.900	100.500	199.100	-	199.100
Contas a Receber	35.000	20.000	50.000	80.000	185.000	-	185.000
Contas a Receber - Ligadas	15.000	20.000	15.000	10.000	60.000	(60.000)	-
Realizável a Longo Prazo							
Mútuos com Empresas Ligadas	10.000	5.000	15.000	20.000	50.000	(50.000)	-
Empréstimos a Diretores	1.000	2.000	1.000	-	4.000	-	4.000
Permanente							
Investimentos							
Custo	3.000	1.000	2.000	2.000	8.000	-	8.000
Equivalência Patrimonial	-	-	-	136.000	136.000	(136.000)	-
Ágio em Investimentos	-	-	-	20.000	20.000	-	20.000
Imobilizado							
. Terrenos	50.000	20.000	3.000	50.000	123.000	-	123.000
. Máquinas e Equipamentos	60.000	40.000	50.000	100.000	250.000	-	250.000
. Instalações	4.000	6.000	5.000	50.000	65.000	-	65.000
. Veículos	10.000	5.000	7.000	20.000	42.000	-	42.000
. (-) Depreciação Acumulada	(40.000)	(30.000)	(35.000)	(80.000)	(185.000)	-	(185.000)
Total	154.000	151.000	144.000	509.000	958.000		712.000

PASSIVO

Descrição	Subsidiária A	Subsidiária B	Subsidiária C	Controladora	COMBINADO	Exclusões	CONSOLIDADO
Circulante							
Fornecedores	30.000	31.000	15.000	500	76.500	-	76.500
Contas a Pagar	5.000	2.000	10.000	80.000	97.000	-	97.000
Contas a Pagar - Ligadas	15.000	15.000	20.000	10.000	60.000	(60.000)	-
Exigível a Longo Prazo							
Mútos com Empresas Ligadas	10.000	15.000	5.000	20.000	50.000	(50.000)	-
Empréstimos e Financiamentos	57.000	49.000	24.000	203.500	333.500	-	333.500
Participações Minoritários						5.000	5.000
Patrimônio Líquido							
Capital	30.000	30.000	50.000	50.000	160.000	(110.000)	50.000
Reservas	3.000	3.000	10.000	100.000	116.000	(16.000)	100.000
Lucros (ou prejuízos) Acumulados	4.000	6.000	5.000	50.000	65.000	(15.000)	50.000
Total	154.000	151.000	139.000	514.000	958.000		712.000

A consolidação de balanços, em observância aos princípios contábeis americanos, em muito se assemelha com os procedimentos adotados no Brasil. Logicamente que devemos considerar ganhos e perdas na conversão, os quais poderão influenciar diretamente na consolidação destes balanços. Quando fizemos comparação entre os procedimentos de contabilização adotados nos Estados Unidos e no Brasil verificamos que algumas considerações em muito influenciam o resultado da companhia, fato que também iria influenciar nas demonstrações contábeis consolidadas.



6 - EVIDENCIAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A evidenciação das demonstrações financeiras consiste em informar para os usuários externos todas as informações necessárias para a tomada de decisões. Estas informações podem abranger tanto aspectos patrimoniais e financeiros quanto aspectos relativos a performance da companhia perante o mercado, inclusive enfocando questões gerenciais.

No processo de evidenciação é necessário que definamos um perfil do usuário externo, de forma que haja interação entre as informações disponíveis e as necessidades dos usuários.

Para atingir seu propósito, normalmente, a administração da entidade utiliza-se dos seguintes métodos de evidenciação:

- a . disposição das demonstrações contábeis (balanço patrimonial, demonstração do resultado, etc.);
- b . notas explicativas;
- c . quadros e demonstrações suplementares
- d . parecer dos auditores independentes;
- e . relatório da administração

Dentre estes métodos de evidenciação, as notas explicativas são as que têm sido objeto de maiores estudos e, normalmente, são utilizadas para divulgar informações não explicitadas nas demonstrações financeiras tradicionais, sendo, desta forma, parte integrante das demonstrações contábeis. Geralmente, as notas explicativas tratam das práticas contábeis adotadas, critérios de evidenciação de contingências, restrições quanto ao pagamentos de dividendos, transações com parte relacionadas, investimentos em mercado de derivativos, etc..

A seguir, descreveremos alguns assuntos a serem evidenciados nas demonstrações financeiras sugeridos pelo IASC, segundo IBRACON E CRC do Estado de São Paulo (Contabilidade no Contexto Internacional. São Paulo. Atlas 1997.p. 66):

Assunto	Sugestão de Divulgação
Avaliação e apresentação dos estoques	Os estoques devem ser desdobrados em subclassificações no balanço, de modo que seja apropriado ao tipo de negócio e de forma a indicar o montante de cada uma das principais categorias de estoques.
Depreciação	Divulgar o método adotado de depreciação do ativo imobilizado, bem como o montante dos ativos depreciados.
Gastos organizacionais	Total dos gastos efetuados, bem como sua destinação. Deve-se evidenciar os critérios de amortização destes gastos, com sua devida justificativa.
Contingências	Deve-se explicar a natureza das contingências e os critérios de provisionamentos, de forma que fique claro para o usuário o efeito destes registros no patrimônio da companhia.
Eventos subsequentes	Qualquer evento, entre a data das demonstrações e a divulgação aos usuários, que influencie o resultado financeiro da companhia, deve ser explicitado aos usuários destas demonstrações.
Incentivos fiscais	Natureza e extensão destes incentivos e outras formas de assistência governamental, assim como eventuais condições não cumpridas relativas a essa assistência.
Combinação de empresas	Método de contabilização utilizado e, quando aplicável, percentagem do poder de voto das ações adquiridas, ágios existentes e custo de aquisição.
Investimentos	Políticas contábeis, receitas com os investimentos, valor de mercado dos investimentos negociáveis, restrições sobre a possibilidade de realização dos investimentos, reserva de reavaliação existentes, etc.
Consolidação	Natureza do relacionamento entre a controladora e as investidas, relação das investidas e participações diretas e indiretas, razões para excluir uma investida.

7 - CONCLUSÃO

Durante os últimos anos, constatamos que várias companhias nacionais passaram ao controle de empresas estrangeiras. Apesar de todos os problemas internos sofridos durante vários anos, o Brasil representa ainda um grande potencial de negócios para os investidores estrangeiros. Para se ter uma idéia, os investimentos diretos líquidos em empresas vindos de forma oscilavam dos 500 milhões a um bilhão de dólares até 1992. Em 1997, saltaram para mais de 20 bilhões, caíram um pouco em 1998 e deverão ser uns 15 bilhões em 1999 ⁽¹⁰⁾. O resultado desta movimentação revela cifras milionárias envolvidas neste processo. Dentre estas empresas incorporadas, muitas delas vão passar a informar suas demonstrações financeiras e contábeis de acordo com os critérios e princípios contábeis internacionais.

Diante do fato exposto, concluímos ser de grande importância, devido a globalização da economia, o conhecimento das normas e procedimentos contábeis internacionais, de forma que sejam atendidos todos os requisitos necessários para a apresentação destas informações para os usuários internacionais, sejam acionistas ou a própria administração da companhia, quando situada em outro país.

Verificou-se que os procedimentos contábeis americanos são bastante semelhantes aos procedimentos brasileiros, salvo alguns critérios específicos. No entanto, é fundamental que saibamos todos os efeitos financeiros e patrimoniais na conversão das demonstrações contábeis para moeda americana, inclusive para avaliação e precificação de companhias nacionais para futuras fusões ou incorporações.

⁽¹⁰⁾ REVISTA TREVISAN No. 135. 1999

8 - BIBLIOGRAFIA

HERNANDEZ, José. Conversão de Demonstrações Contábeis. São Paulo. Atlas. 1997.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO.
Contabilidade no Contexto Internacional. Atlas. 1997.

REVISTA TREVISAN No 135. *Construbusiness - A Locomotiva do Desenvolvimento*. 1999.

INSTRUÇÃO No. 191, DE 15.07.92, da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) -DOU de 17.07.92

"Statemente of financial Accouting Standards No. 52 Foreig Currency Translation".
Dezembro de 1981

IASC. Normas Internacional de Contabilidade No. 29. Demonstrações financeiras em Economias Hiperinflacionárias.